


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013097-11.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Rosangela Carla Carrara**
 Requerido: **Nova Massa Pizzaria Delivery**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória movida por **ROSANGELA CARLA CARRARA** em face de **NOVA MASSA PIZZARIA DELIVERY** (FS SILVA - ME). A requerente alega, em síntese, que celebrou contrato com a ré, a qual obrigou-se à confecção e entrega de trezentos salgados para dia 11 de novembro de 2017, às 18 horas, com o objetivo de servir os convidados da festa do 13º aniversário de seu filho. Afirma que, entretanto, iniciadas as comemorações, a entrega dos alimentos não se efetivou. Inicialmente, a autora obteve informação acerca do atraso na entrega do pedido e, mais tarde, sobre a impossibilidade de fornecimento. Requer indenização por danos morais na quantia de R\$30.000,00.

Citada (fl. 25), a ré apresentou contestação sustentando, em essência, que após verificar a impossibilidade de entrega dos gêneros contratados, disponibilizou vinte pizzas como meio de minimizar o dano causado (fls. 26/32). Impugnou, de forma genérica, a concessão da gratuidade à autora.

Houve réplica (fls. 39/44).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

As ponderações da ré são insuficientes para afastar os fundamentos da decisão que concedeu gratuidade à autora, razão pela qual se mantém o benefício.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem as condições da ação e não se vislumbra a existência de vício impeditivo de julgamento do mérito.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendioso produzir demais provas em audiência ou fora dela, principalmente porque os fatos são incontroversos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo.

Inclusive, ao julgar antecipadamente zelo pela rápida prestação jurisdicional, evitando que *“as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias”*, conforme leciona Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva, 14ª edição, 1999, p 228).

Do teor da resposta apresentada extraem-se os seguintes fatos incontroversos: a existência do negócio jurídico como narrado na petição inicial e o não fornecimento dos gêneros alimentícios na festa de aniversário promovida pela autora.

Compete ao fornecedor de produtos e serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor. Nesse particular, a requerida não operou com o devido cuidado ao deixar de entregar a alimentação no evento, conforme previamente avençado.

Ainda que se tome por verdadeira a tentativa de minimizar o dano, verifico que o abalo sofrido pela requerente durante as horas que se passaram sem alimentação, com convidados aguardando pelo efetivo início das comemorações, é suficiente para ensejar a reparação postulada.

Na hipótese, o dano moral prescinde de demonstração na medida em que o sofrimento com o fato é evidente e o dever de indenizar decorre diretamente do ato ilícito praticado pela ré.

Neste ponto observo não se tratar de mero descumprimento contratual, o qual, isoladamente, não ensejaria a condenação postulada, mas de falha indesculpável na prestação de serviço, uma vez que implicou fracasso da festa de aniversário.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição da autora, a capacidade da ré e a dinâmica dos fatos, em quantia equivalente a R\$3.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para condenar a ré ao pagamento da quantia de R\$3.000,00, atualizada pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, também a partir do presente arbitramento. Sucumbente, arcará a ré com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 5 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**